

doi:

# TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA PERIURBANA DA MRH DA AGLOMERAÇÃO URBANA DE SÃO LUÍS: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS DE 2006 E 2017

Camila Lago Braga<sup>1</sup>  
Marcelo Sampaio Carneiro<sup>2</sup>

## RESUMO

Este artigo discute a evolução da agricultura periurbana na Microrregião (MRH) da Aglomeração Urbana (AU) de São Luís, estado do Maranhão, tomando como base estudos localizados e a análise dos dados dos censos agropecuários de 2006 e 2017. A partir das informações levantadas e fundamentadas na tipologia agricultura familiar e não familiar, conforme definição da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, procuramos identificar as principais modificações ocorridas no perfil da agricultura periurbana na região em estudo, articulando-a com o debate sobre as possibilidades de reprodução da agricultura familiar em situações de proximidade com grandes centros urbanos. Os resultados obtidos mostram que os estabelecimentos da agricultura familiar representam o principal segmento da agricultura periurbana da AU de São Luís, destacando-se tanto em número quanto no valor da produção. Eles permitem identificar, também, certa especialização da agricultura familiar em atividades da produção vegetal, com destaque para a horticultura, enquanto a agricultura não familiar se concentra nas atividades da produção animal (avicultura e suinocultura). No que concerne ao debate sobre a pluriatividade, foi possível observar a importância de receitas oriundas de atividades não agrícolas para a manutenção dos agricultores periurbanos da AU de São Luís, todavia, no caso da agricultura familiar, constatamos a maior relevância das receitas oriundas de aposentadorias e pensões.

Palavras-chave: Agricultura Periurbana, Pluriatividade, Agricultura Familiar, Censo Agropecuário.

## TRANSFORMATIONS IN PERIURBAN AGRICULTURE OF THE MICROREGION (MRH) OF THE URBAN AGGLOMERATION (AU) OF SÃO LUÍS: AN ANALYSIS BASED ON THE AGRICULTURAL CENSUSES OF 2006 AND 2017.

## ABSTRACT

This article discusses the evolution of periurban agriculture in the Microregion (MRH) of the Urban Agglomeration (AU) of São Luís, state of Maranhão, based on analysis of data from the Agricultural Censuses of 2006 and 2017. From the information collected and based on the typology of family and non-family farming, as defined by Law No 11,326, of July 24, 2006, we seek to identify the main changes in the profile of periurban agriculture in the region under study, articulating it with the debate on possibilities of reproduction of family farming in situations of proximity to large urban centers. The results obtained show that family farming establishments represent the main segment of periurban agriculture in the São Luís AU, standing out both in number and in the value of production. They also make it possible to identify a certain specialization of family farming in vegetable production activities, with emphasis on horticulture, while non-family farming focuses on animal production activities. With regard to the debate on pluriactivity, it was possible to observe the importance of income from non-agricultural activities for the maintenance of periurban farmers in the AU of São Luís, however, in the case of family farming, we note the greater relevance of income from pensions.

Key Words: Periurban Agriculture, Pluriactivity, Family Farming, Agricultural Census.

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Sociais (UFMA), Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (UFRGS). E-mail: camila.lago.braga@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia (PPGSA/UFRJ). Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: mdscarneiro@uol.com.br

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, temos presenciado um número crescente de pesquisas voltadas para a agricultura familiar, principalmente em reconhecimento a sua heterogeneidade, as dinâmicas socioprodutivas e culturais, as relações de sociabilidade e reciprocidade, e os modos de vida dos agricultores familiares brasileiros (Niederle et al, 2014). Esse avanço nos estudos do rural possibilitou o surgimento de abordagens que consideram a relação entre o mundo urbano e rural não mais dicotômicos, porém como um *continuum*, cujo enfoque principal destaca a interdependência entre o rural e o urbano.

Segundo Gómez (2001), trata-se de um espaço rural penetrado pelo mundo urbano, com personagens novos e antigos, como os chamados neo-rurais (profissionais liberais e pessoas da cidade que vêm morar no campo), assentados e aqueles que o autor caracteriza como os “sem-sem” (sem terra, sem emprego, sem saúde, etc.). No entanto, existe um movimento contrário, no qual a atividade rural adquire importância e convive cada vez mais com as grandes cidades, através da prática denominada de Agricultura Urbana ou Periurbana (AUP).

Não existe um consenso quanto à definição de AUP, pois, embora existam aqueles que a definam pela simples proximidade com a cidade (Fao, 1999), outros autores a definem a partir de aspectos como a integração e interação com o ecossistema urbano (Moustier; Fall, 2004), ou o tipo de atividade econômica, sistemas e áreas de produção implementadas (Mougeot, 2000), bem como as relações funcionais recíprocas entre a agricultura e o meio urbano (Fleury; Donadieu, 1997).

Muito se tem discutido a respeito da multifuncionalidade desta agricultura familiar periurbana, caracterizada pela sua heterogeneidade, sobretudo no que tange ao fenômeno da pluriatividade, quando a renda não agrícola se torna de grande importância nas famílias rurais, colaborando como estratégia de reprodução social (Schneider, 2009).

Gómez (2001) destaca três elementos que caracterizariam a Nova Ruralidade: o tipo de espaço e as atividades realizadas, que extrapolam as atividades agropecuárias; a especificidade que a distingue de outras situações, como por exemplo, as relações sociais mais personalizadas, que envolve identidade, confiança, sentimento de pertencimento; e quanto a seu alcance, incluindo certos espaços, normalmente considerados urbanos, como parte da ruralidade, como é o caso da AUP.

O artigo aqui apresentado procura contribuir nesse debate, correlacionando o estudo de uma situação de agricultura periurbana com as características da nova ruralidade. Nesse sentido, ele analisa a evolução recente da agricultura desenvolvida na Microrregião (MRH) da Aglomeração Urbana (AU) de São Luís, estado do Maranhão, destacando o papel desempenhado pela agricultura familiar, procurando identificar suas principais características, tomando como referência os dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017.

O artigo está organizado em quatro seções, incluindo esta introdução. Na primeira seção apresentamos uma discussão acerca da conceituação da categoria agricultura periurbana, procurando estabelecer conexões entre esse conceito e os debates recentes sobre a nova ruralidade, destacando as principais características da agricultura periurbana, como a diversificação e a pluriatividade. Na sequência, utilizando os dados do Censo Agropecuário 2006 e 2017, elaboramos um perfil geral da AUP na MRH estudada, destacando aspectos como as características dos produtores, o perfil dos estabelecimentos agropecuários, informações sobre o pessoal ocupado e o perfil produtivo desses estabelecimentos. Na conclusão, retomamos as informações censitárias para discutir as principais mudanças ocorridas na AUP da MRH de São Luís, considerando o intervalo de tempo entre os dois recenseamentos (2006 e 2017). Vale destacar ainda que, além das informações censitárias, esse artigo se vale de dados coligidos em pesquisa anterior sobre as principais características da agricultura periurbana da MRH de São Luís (Braga, 2019).

## CONCEITUAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DE UMA AGRICULTURA FAMILIAR PERIURBANA

A fim de compreender as mudanças que a agricultura periurbana da AU de São Luís sofreu nos últimos anos, é necessário considerar quais as características e peculiaridades que envolvem uma agricultura realizada em um espaço urbano, o que nos leva, previamente, a um debate sobre o conceito de agricultura familiar.

Nos estudos rurais, a categoria de agricultura familiar é recente e assume posição de destaque nos debates, tanto no âmbito das políticas públicas quanto na academia.

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue e parentesco. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar para fins de crédito pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidade de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas (Abramovay, 1998, p. 3).

Neste sentido, a agricultura familiar, além de um conceito, tornou-se, no caso brasileiro, uma definição legal, como estabelecido pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que ficou conhecida como Lei da Agricultura Familiar, e que tem como objetivo tornar o conceito mensurável, principalmente para uso pelas políticas públicas. O decreto presidencial nº 9.064, de 31/05/2017, que regulamenta a Lei nº 11.326, considera o empreendimento familiar rural aquele que atenda a quatro critérios específicos: detenham área de até quatro módulos fiscais<sup>3</sup>; utilizem, no

---

<sup>3</sup> O módulo fiscal é variável, de acordo com as características do município em questão. Segundo o Sistema Nacional de Cadastro Rural, o módulo fiscal dos municípios que integram a AU de São Luís equivale a 15 hectares.

mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda; possuam, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento<sup>4</sup>; e ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar.

Mais recentemente a agricultura familiar também passou a ser estudada através do enfoque da nova ruralidade, sendo vista como uma categoria histórica que se transforma (Wanderley, 2000). Esta abordagem representa um debate que discute questões como “relações entre o rural e o urbano, as mudanças demográficas e as representações simbólicas sobre o rural” (Schneider, 2009, p. 2). Portanto, chamamos atenção para a perspectiva que remete à relação entre o urbano e o rural, não mais vistos como mundos à parte, mas complementares e interdependentes.

Os agricultores familiares periurbanos se enquadram nesta análise quando o rural deixa de ser analisado de forma isolada, para ser visto a partir de uma frequente e intensa interação com o urbano, através dos fenômenos como a pluriatividade; a valorização do espaço rural e redução da migração; valorização do patrimônio cultural e natural; e da modernização rural. Tendo em vista a crescente interação entre esses dois universos (urbano e rural), que outrora eram analisados de forma dicotômica, é mister pesquisas que busquem investigar essa nova ruralidade dos agricultores familiares periurbanos.

Para Silva et al (2002), torna-se complexo fazer essa separação entre rural e urbano visto que nos últimos anos tem-se presenciado uma crescente urbanização do rural. Ao mesmo tempo em que atividades agrícolas passaram a ser valorizadas, as atividades não agrícolas também tomam espaço nesse contexto. Neste caso, podemos observar duas situações possíveis, a primeira em que esta urbanização do rural se intensifica a tal ponto que se torna dominante naquele espaço, porém convivendo com atividades primárias. Em uma segunda possibilidade, quando ocorre a migração de pessoas para as grandes cidades, algumas se mantêm na atividade agrícola, porém, localizada nas regiões periurbanas onde se concentram as maiores áreas, permitindo investir na agricultura, muitas destas compradas através de subsídios do governo, ou arrendadas.

Esse foi o caso analisado por Braga (2019), de uma comunidade rural localizada na área Periurbana de São Luís (MA), cujos moradores tiveram acesso à terra por intermédio do Programa Cédula da Terra. Como o estudo mostrou, a comunidade foi constituída por pessoas que trabalhavam na atividade agrícola em outros municípios e por alguns que possuíam rendas não agrícolas, mas que viram no Programa a oportunidade de adquirir terras e desenvolver uma atividade que gerasse renda para suas as famílias, constituindo-se, dessa forma, enquanto agricultores familiares periurbanos.

---

<sup>4</sup> Houve uma mudança em relação à lei anterior quanto a se estabelecer um padrão máximo de renda advinda de atividades não-agrícolas.

No contexto de uma interação entre urbano e rural presente em grandes cidades, há a existência de uma dinâmica externa, referente ao

(...) resultado da inserção das aglomerações rurais em espaços mais amplos, predominantemente urbanos ou predominantemente rurais. No primeiro caso, os espaços rurais são chamados periurbanos, ao passo que os mais distantes das cidades são considerados como o “rural profundo ou remoto”. É preciso, no entanto, desde já, esclarecer que o espaço periurbano, aqui considerado, é rural e, como tal, se distingue dos subúrbios e das periferias (urbanas) das cidades. Como afirma Jean, o periurbano não evolui para urbano. Da mesma forma, o rural profundo, onde também se encontram cidades que frequentemente funcionam como polos centralizadores locais, está integrado à sociedade e, em alguns países, vive, de alguma forma, a efervescência do renascimento rural (Wanderley, 2000, p. 110).

Para a autora, é possível haver espaços rurais dentro de um ambiente predominantemente urbano, mantendo suas características e modo de vida. E, nesse sentido, citando Kayser (1994), há três categorias principais de tipologias dos espaços rurais, são elas: a) os espaços em vias de despovoamento e de abandono; b) o espaço periurbano que, apesar de próximo aos centros urbanos, mantém as características rurais e a importância da atividade agrícola; c) o meio rural vivo, que constitui a parcela mais significativa do meio rural, também integrada à sociedade e fortemente marcada pela presença das atividades primárias.

Diante disso, há um conceito que vem trazendo outro ponto de vista sobre o espaço urbano, que abarca as características da agricultura familiar, ao mesmo tempo em que demonstra as peculiaridades da Agricultura Periurbana, é o caso da multifuncionalidade.

A multifuncionalidade também se relaciona com todas as atividades da cadeia produtiva: o desenvolvimento do local, viveiros, processamento etc., e até mesmo os conhecimentos e técnicas utilizados. A multifuncionalidade adquire um significado particular relacionado à agricultura (urbana), que aponta para a diversificação e pluriatividade, ou seja, uma variedade de atividades com conhecimentos específicos que frequentemente melhoram o padrão de vida das famílias dos produtores (Fleury; Ba, 2007, p. 4).

De acordo com Fleury e Ba (2007), esse conceito de multifuncionalidade aponta para outras funções da Agricultura Familiar Periurbana, como a ‘externalidade’, ‘diversificação’ e a ‘pluriatividade’. Portanto, para os autores, a externalidade é definida a partir de uma transformação do ambiente físico ou social, causada pelo sistema agrícola e que vai além do seu sistema produtivo, caracterizada por causas diretas (erosão, poluição); indiretas (preservação do meio ambiente, desenvolvimento); ou territoriais (referente ao conceito de propriedade pública).

Uma segunda função é a diversificação, que corresponde a uma variedade de atividades com conhecimentos específicos (diferentes formas de renda, atividades, ocupações, sistemas de produção) que, frequentemente, melhoram o padrão de vida das famílias dos produtores (Perondi; Schneider, 2012). Neste caso, Schneider e Niederle (2008) apontam para a diversificação e heterogeneidade da agricultura familiar como estratégia para sua reprodução social e econômica. Os

autores complementam, afirmando que o processo de mercantilização, ao contrário do que se esperava, tornou-se um indutor para

(...) a criação de diversidade econômica e produtiva e emulador da heterogeneidade social. Isso é possível porque os agricultores são entendidos como agentes que podem interferir e mesmo alterar o processo a seu favor, quer seja por meio da diversificação dos canais mercantis, quando expandem o portfólio de produtos e serviços que trocam ou vendem, ou por meio de estratégias que fortalecem sua autonomia sobre os fatores de produção, terra e trabalho, os quais se passam a usar de forma mais parcimoniosa e inteligente (Schneider; Niederle, 2008, p. 1011).

E, por fim, a pluriatividade, um conceito muito trabalhado quando se estuda agricultura familiar que, segundo Wanderley (2000) e Schneider (2009), corresponde a uma estratégia dos próprios agricultores, a qual visa à combinação de atividades agrícolas e não agrícolas na agricultura familiar e nos efeitos sobre as economias locais, sendo este o principal indutor do desenvolvimento rural. Segundo Carneiro (1998), a pluriatividade é resultado do adensamento das relações rural-urbano, portanto, na Agricultura Periurbana este fenômeno se torna mais intenso em decorrência da proximidade com a cidade.

## MUDANÇAS NA AGRICULTURA FAMILIAR PERIURBANA NA AGLOMERAÇÃO URBANA DE SÃO LUÍS (MA)

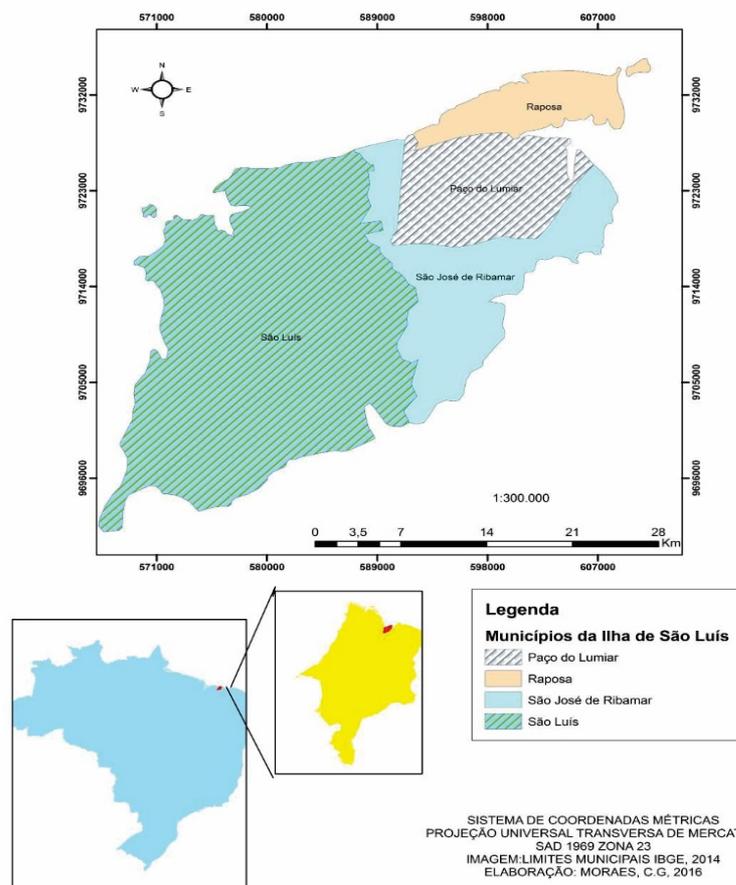
### Breve caracterização da AU de São Luís

A Aglomeração Urbana de São Luís (Mapa 1) está localizada no estado do Maranhão, região Nordeste do Brasil, com uma população estimada de 1.421.569 habitantes e densidade demográfica de 927,11 hab/km<sup>2</sup>. É composta por quatro municípios, dentre os quais, destaca-se São Luís (1.091.868 habitantes), o mais populoso e capital do estado, vindo a seguir os municípios de São José de Ribamar (176.418 habitantes), Paço do Lumiar (122.420 habitantes) e Raposa (30.863 habitantes) (IBGE, 2017).

De acordo com o último Censo Demográfico do IBGE, em 2010, a população da microrregião da AU de São Luís era majoritariamente urbana – aproximadamente 1.091.717 habitantes – enquanto a rural era composta de 217.613 habitantes, correspondendo a cerca de 20% do total. Contudo, quando analisamos os municípios que integram essa microrregião, observamos um importante diferencial, pois, enquanto o município de São Luís possui apenas 5,6% da população vivendo no meio rural, os outros municípios apresentam percentuais bem mais elevados, caso de Paço do Lumiar (24,9%), Raposa (36,7%) e São José de Ribamar (79,9%) (IBGE, 2010).

Grande parte da produção agrícola é realizada nos polos rurais localizados na região periurbana do Aglomerado Urbano de São Luís, mas também é possível encontrar experiências de agricultura intraurbana mais pontualmente e em menor escala (Gomes, 2016).

Mapa 1 - Mapa de localização geográfica da MRH da Aglomeração Urbana de São Luís (MA)



Fonte: Gomes (2016)

Em termos absolutos, foi possível identificar a existência de 97 polos de produção agropecuária, dos quais 51% (51 polos) estão localizados no município de São Luís, seguido por São José de Ribamar com 25%, conforme mostra o quadro 1.

Quadro 1 - Relação dos Polos agrícolas na Aglomeração Urbana de São Luís por município

Município	Polos agrícolas	Quant.
São Luís	Tajipuru I e II, Coquilho I e II, Conceição, Mato Grosso, Caracueira, Laranjeiras/Murtura, Rio Grande, Cabral Miranda, Assentamento Gisele, Cajupary, CINTURÃO VERDE, Matinha, São Joaquim, Anajatiua, Itapera Polo I e II, Batata, Cassaco, Igarauá, Calembe, Terra do Rumo, Tajaçoaba, Baixão dos Agricultores (São Cristóvão), Quebra-pote, Maracanã, Estiva, Caratatiua, Poirão, Assentamento Conceição, São José dos Índios, Cajueiro, Parque Sabiás, Vila Maranhão, São Raimundo do Motor, Pedrinhas, Tindiba, Tibiri, Jardim São Cristóvão, Nova República, Novo Horizonte, Maracujá, Ananandiba, Nova Betel, Arraial, Caratativa, Dom Mota, Rio do Meio, Taima, São Cristóvão II.	51
Raposa	Vila Boa Esperança, Cumbique, Talita (Pirâmide), Alto da Base, Caura, Itapeua	6
São José de Ribamar	Bom Jardim I e II, Boa Vista da Maioba, Panaquatira, Santa Maria, Santa Mônica, Boa Viagem, Jota Câmara, Sede (Centro, Campina), Vila Julinho, Vila Roseana Sarney, Piçarreira, Mata, São Braz e Macaco, São Paulo, São José dos Índios, Maioba, Sítio do Apicum, Juçatuba, Vila São José, Vila Sarney Filho, Canaveira, Miritiua, Timbuba, Nova Terra	25
Paço do Lumiar	Pindoba, Itapera da Maioba, Mercês, Iguaiá, Parque Thiago, Vila Nova, Multirão, Toari, Maiobão, Vila São José, Nossa Senhora, Paço do Lumiar, Pau Deitado, Mocajituba, Nova Canaã, Mojó, Timbuba e Tendal	18
Total	-----	100

Fonte: Gomes (2016 *apud* Ofício nº 11/2016 da Semapa), em 2015; Reis (2017); Secretaria de Agricultura de Raposa (2018).

Perfil geral dos estabelecimentos agropecuários da Aglomeração Urbana de São Luís  
Caracterização quanto a tipologia, número e área total de estabelecimentos

Nas tabelas 1 e 2 apresentamos as informações dos Censos Agropecuários acerca da evolução no número e da área dos estabelecimentos agropecuários recenseados, de acordo com a tipologia agricultura familiar versus agricultura não-familiar. A análise dos dados da Tabela 1 mostra que houve uma forte redução na área dos estabelecimentos agropecuários entre 2006 e 2017, processo que também ocorreu, ainda que de forma menos acentuada, com o número total dos estabelecimentos agropecuários.

Tabela 1 – Evolução do número e da área dos estabelecimentos na Aglomeração Urbana de São Luís, segundo a tipologia (em números absolutos) - 2006 e 2017.

Tipologia	Número de Estabelecimentos		Área de Estabelecimentos (em hectares)	
	2006	2017	2006	2017
Agric. Familiar - Sim	3.216	2.542	2.771	2.616
Agric. Familiar - Não	288	403	8.233	2.331
Total	3.504	2.945	11.004	4.949

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006; 2017).

Essa forte queda pode ser relacionada à expansão do mercado imobiliário na AU de São Luís, com a continuação do processo de urbanização que se acentuou a partir dos anos 1970, e que, no período estudado, ganhou forte impulso com a construção de conjuntos habitacionais por intermédio do Fundo de Arrendamento Residencial – Programa Minha Casa Minha Vida, em áreas classificadas como rurais nos quatro municípios que integram a MRH (Burnett, 2012). De acordo com dados da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (SEMURH) de São Luís, até fevereiro de 2020, foram construídas 22.330 unidades habitacionais em zonas rurais, localizadas nos municípios de São Luís (bairros rurais como Maracanã, Gapara, Santa Barbara e Mato Grosso), Paço do Lumiar e São José de Ribamar.

Contudo, quando analisada de forma mais detalhada, observando o comportamento dos estabelecimentos segundo a tipologia, verificamos que a agricultura familiar sofreu uma redução dos estabelecimentos, mas manteve sua área quase inalterada, ao passo que a agricultura não-familiar teve um crescimento no número de estabelecimentos, mas uma forte queda na área ocupada. Destarte, em termos comparados, a área ocupada por estabelecimentos da agricultura familiar passou de 25,18%, em 2006, para 52,85%, em 2017, enquanto o número de estabelecimentos diminuiu de 91,78% para 86,31% (Tabela 2).

Tabela 2 – Evolução do número e da área dos estabelecimentos na Aglomeração Urbana de São Luís, segundo a tipologia (em porcentagem) - 2006 e 2017.

Tipologia	Número de Estabelecimentos		Área de Estabelecimentos	
	2006	2017	2006	2017
Agric. Familiar - Sim	91,78	86,31	25,18	52,85
Agric. Familiar - Não	8,21	13,68	74,81	47,14
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006; 2017).

Quando estratificamos estes dados e analisamos a evolução dos estabelecimentos por grupo de área total (GAT), verificamos que a redução da área dos estabelecimentos se observou principalmente nos GAT's maiores de 50 a menos de 100 hectares, e acima de 100 hectares. De acordo com os dados da tabela 3, a área desse primeiro estrato passou de 1.264,00 hectares, em 2006, para 196,00 hectares, em 2017, ao passo que, no último estrato, ela passou de 3.351,00 hectares (2006) para 410,00 hectares (2017).

Tabela 3 – Número e área de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total da Aglomeração Urbana de São Luís, 2006 e 2017.

Grupo de área (ha)	Nº de estabelecimentos				Área dos estabelecimentos (em hectares)			
	2006		2017		2006		2017	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Mais de 0 a menos de 5 ha	2.685	76,62	2.787	94,63	1.393,00	18,03	1.963,00	39,66
De 5 a menos de 10 ha	67	1,91	87	3,0	423,00	5,47	570,00	11,51
De 10 a menos de 20 ha	47	1,34	33	1,1	627,00	8,11	457,00	9,23
De 20 a menos de 50 ha	26	0,74	10	0,3	666,00	8,62	211,00	4,26
De 50 a menos de 100 ha	18	0,51	6	0,2	1.264,00	16,36	196,00	3,96
Acima de 100 ha	19	0,54	8	0,2	3.351,00	43,38	410,00	8,28
Produtor sem área	642	18,3	14	0,5	X	X	X	X
Total	3.504	100,00	2.945	100,00	7.724,00	100,00	4.949,00	100,00

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006; 2017).

No que concerne ao número de estabelecimentos, o dado mais relevante foi a redução, em termos absolutos, observada nos estratos de área mais elevados – a partir da faixa de 10 a menos de 20 hectares – e o crescimento, em termos absolutos e percentuais, dos estabelecimentos de menor porte, principalmente dos que se localizam na faixa de mais de 0 a menos de 5 hectares, que representam a grande maioria dos estabelecimentos (94,63% em 2017). Vale destacar ainda, a redução do número de ‘produtores sem área’, que passou de 642 estabelecimentos em 2006, para 14 em 2017, o que acreditamos que pode ser explicado pela mudança na metodologia entre os Censos Agropecuários, na qual agricultores antes identificados como ‘sem área’, passaram a ser contabilizados nas propriedades em que trabalham (Del Grossi, 2009).

Esse incremento do número de estabelecimentos de pequeno porte pode ser explicado pela natureza da atividade agrícola em áreas periurbanas menos exigentes em área e, no caso estudado,

como uma decorrência do incremento de políticas públicas, como o Programa Nacional de Crédito Fundiário<sup>5</sup>.

De acordo com o ‘Relatório de análise de mercado de terras do estado do Maranhão’ (INCRA, 2018), quando comparado os dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), do INCRA de 2005 a 2013, houve um aumento de 4,3% no número de imóveis cadastrados, passando de 1.351 para 1.407, com um aumento de área em torno de 3,6%, saindo de 33.909,3 ha para 35.139 ha. Além disso, segundo o relatório, nos últimos anos houve um crescimento no número de Projetos de Assentamentos nesta microrregião<sup>6</sup>, resultando na criação de 9 projetos, tendo sido 1 Projeto Federal, 1 Municipal e 7 Projetos Estaduais, compreendendo uma área de 5.490,6023 ha, beneficiando 789 famílias de trabalhadores rurais.

#### Receitas obtidas com produção vegetal e animal

Em 2006 a agricultura familiar respondeu por 72,13% do valor das receitas obtidas com a produção nos estabelecimentos agropecuários na MRH da AU de São Luís; percentual que sofreu uma redução em 2017, passando para 64,92% em 2017 (Tabela 4).

Tabela 4 – Valor das receitas obtidas pelos estabelecimentos no ano (Mil Reais) segundo a tipologia de agricultura familiar para produção animal e vegetal na Microrregião da AU de São Luís, em 2006 e 2017.

Tipologia/ Tipo de Produção	2006					2017				
	Animal		Vegetal		Total	Animal		Vegetal		Total
	Valor	%	Valor	%		Valor	%	Valor	%	
Agric. Familiar - Sim	5.730,00	21,9	20.434,00	78,10	26.164,00	6.441,00	19,7	26.262,00	80,29	32.705,00
Agric. Familiar - Não	6.929,00	68,5	3.179,00	31,45	10.108,00	12.019,00	68,03	5.647,00	31,96	17.666,00
Total	12.659,00		23.613,00		36.272,00	18.461,00		31.910,00		50.371,00

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006; 2017).

Contudo, quando desagregamos essa participação das receitas de acordo com o tipo de produção e a tipologia, o que chama atenção é uma espécie de divisão de trabalho entre estabelecimentos familiares e não familiares, com os primeiros tendo na atividade da produção vegetal o principal de suas receitas (equivalentes a 78,10% em 2006, e 80,29% em 2017), enquanto a agricultura não-familiar se concentra nos produtos de origem animal, cuja receita se estabilizou em cerca de 68% do total nos dois recenseamentos.

<sup>5</sup> O Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF é um conjunto de ações que visa ampliar, redistribuir e consolidar regimes de propriedades de terra de base familiar e criar condições para que os trabalhadores sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural, por meio de um financiamento sob amparo dos recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – FTRA (MARANHÃO, 2017).

<sup>6</sup> Em 2017, foi reativado o Programa Nacional de Crédito Fundiário no Maranhão, através do Plano Operativo Anual (POA/2017).

Como vimos na tabela anterior, a maior parte do valor da produção dos estabelecimentos da agricultura familiar é oriunda da produção vegetal, conforme apontaram outras pesquisas desenvolvidas em comunidades rurais na AU de São Luís (Pereira, 2015; Reis, 2017; Araújo; Vale, 2018). Nas tabelas seguintes, desagregamos a receita obtida de acordo com as principais atividades desenvolvidas (Tabelas 5 e 6). No que concerne à agricultura familiar, podemos observar que a horticultura se destaca como a atividade geradora de maior receita nos dois recenseamentos, vindo em seguida a avicultura. A mudança mais relevante identificada entre os dois levantamentos foi o crescimento das receitas oriundas de lavouras permanentes e temporárias, que, juntas, representavam cerca de 11,32%, em 2006, e, no censo posterior, responderam por cerca de 25% das receitas totais. Contudo, vale registrar que o crescimento mais importante adveio da participação de lavouras permanentes, o que pode significar o incremento de pomares, sistemas agroflorestais e da fruticultura para atender a demanda dos mercados da AU de São Luís.

Tabela 5 – Valor das receitas obtidas pelos estabelecimentos no ano (Mil Reais) da agricultura familiar para produção total na Microrregião da AU de São Luís, em 2006.

Tipologia/ Tipo de Produção		Animais			Avicult.	Lavoura		Horticult.	Floricult.	Extração Vegetal	Total
		Grandes	Médios	Peq.		Perman.	Tempor.				
Agric. Familiar - Sim	Valor	908,00	634,00	450,00	3.738,00	812,00	2.148,00	16.953,00	53,00	455,00	26.151,00
	Em %	3,47	2,42	1,72	14,29	3,11	8,21	64,83	0,20	1,74	100,00
Agric. Familiar - Não	Valor	293,00	3.087,00	266,00	3.283,00	1.018,00	452,00	1.520,00	171,00	18,00	10.108,00
	Em %	2,90%	30,54%	2,63%	32,48%	10,07%	4,47%	15,04%	1,69%	0,18%	100,00

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2016)

Tabela 6 – Valor das receitas obtidas pelos estabelecimentos no ano (Mil Reais) segundo a tipologia de agricultura familiar para produção total na Microrregião da AU de São Luís, em 2017

Tipologia/ Tipo de Produção		Animais			Avicult.	Lavoura		Horticult.	Floricult.	Extração Vegetal	Total
		Grandes	Médios	Peq.		Perman.	Tempor.				
Agric. Familiar - Sim	Valor	565,00	1.620,00	718,00	3.157,00	3.431,00	3.164,00	13.253,00	155,00	309,00	26.372,00
	Em %	2,14	6,14	2,72	11,97	13,01	12,00	50,25	0,59	1,17	100,00%
Agric. Familiar - Não	Número	916,00	5.219,00	958,00	4.835,00	572,00	611,00	2.069,00	88,00	11,00	15.279,00
	Valor	6,00	34,16	6,27%	31,64	3,74	4,00	13,54	0,58	0,07	100,00%

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2017)

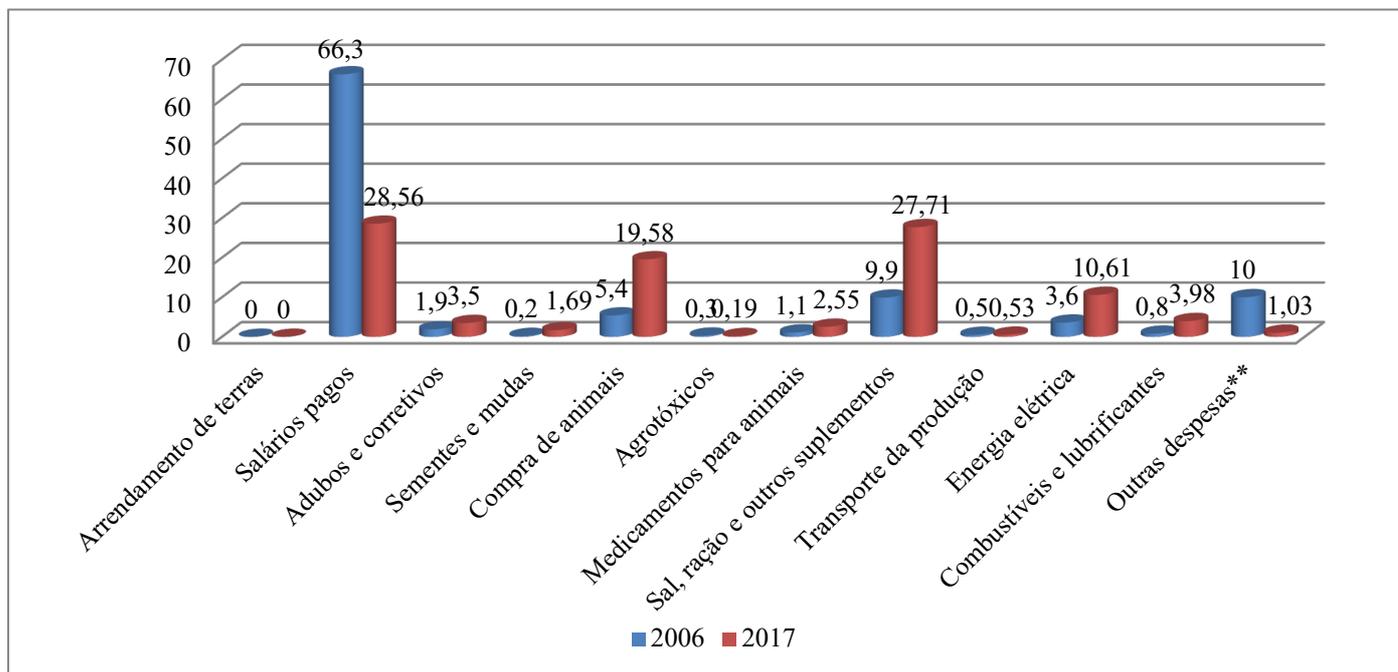
No caso da agricultura não familiar, destacam-se, tanto no censo de 2006 quanto 2017, as receitas obtidas pelos produtos de origem animal, principalmente daqueles oriundos da criação de médios animais e da avicultura, que, conjuntamente, responderam por 63,02% e 65,80% das receitas, em 2006 e 2017. A atividade desenvolvida com médios animais deve estar relacionada à criação de suínos, atividade já estabelecida na zona rural de São Luís.

## Despesas realizadas pelos estabelecimentos agropecuários

Os dados acerca das despesas dos estabelecimentos apontam para diferenças importantes entre a agricultura familiar e não familiar no contexto estudado. A primeira delas diz respeito ao peso bem mais forte que o pagamento de salários desempenha na agricultura não familiar em relação à agricultura familiar. Contudo os Censos de 2006 e 2017 apontaram para algumas mudanças nos últimos anos, indicadas através de um crescimento nas despesas de salário de agricultores familiares, na ordem de 272%, e perda de 40% para a agricultura não familiar, embora em termos absolutos esta última apresente maiores valores.

Outra diferença entre a agricultura familiar e não familiar está relacionada ao padrão de especialização produtiva desses dois tipos de agricultura. Olhando para os dados de 2017, que manteve padrão semelhante ao de 2006, verificamos que a agricultura não familiar teve na produção animal – criação de médios animais e avicultura - o principal de suas atividades, seus gastos mais elevados correspondem, depois dos salários, à aquisição de ‘sal, ração e outros suplementos’ (27,71%), à ‘compra de animais’ (19,58%) e ao gasto com ‘energia elétrica’ (10,61%) (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Despesas realizadas pelos estabelecimentos da agricultura não familiar (em %) – MRH da AU de São Luís, em 2006 e 2017.

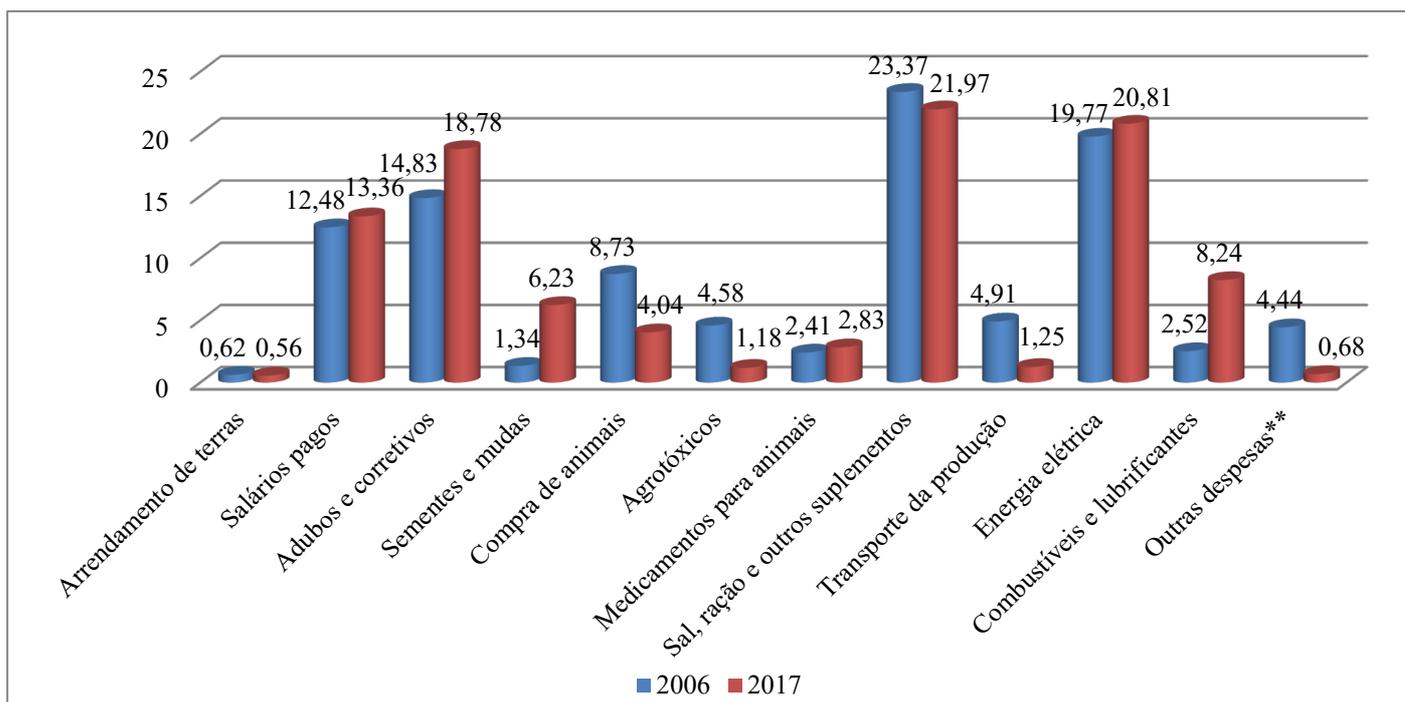


Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006; 2017)

\* Salários pagos em dinheiro ou produtos para família e para empregados

\*\*Inclui serviços de empreitadas, sacarias e embalagens, armazenamento da produção, impostos e taxas etc

Gráfico 2 - Despesas realizadas pelos estabelecimentos da agricultura familiar (em %) – MRH da AU de São Luís, em 2006 e 2017



Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006; 2017)

\* Salários pagos em dinheiro ou produtos para família e para empregados

\*\*Inclui serviços de empreitadas, sacarias e embalagens, armazenamento da produção, impostos e taxas etc.

No caso dos estabelecimentos da agricultura familiar – orientados para a horticultura e, em menor medida, para a avicultura –, as principais despesas estão relacionadas à compra de ‘sal, ração e outros suplementos’ (21,97%) e ao pagamento de ‘energia elétrica’ (20,81%). Enquanto o primeiro gasto está relacionado à avicultura, o segundo diz respeito principalmente a despesas com irrigação, atividade central para a horticultura. Aparecem também como importantes, aqui, os gastos com ‘adubos e corretivos’ (18,78%), salários (13,36%), combustíveis (8,24%) e sementes e mudas (6,23%).

Pluriatividade e diversificação: pessoal ocupado e renda auferida dentro e fora dos estabelecimentos.

Um ponto central no conceito da agricultura periurbana refere-se ao pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais e à origem da renda das famílias, possibilitando a caracterização da pluriatividade e diversificação dos estabelecimentos familiares.

Neste sentido, quando verificamos o pessoal ocupado por sexo, comparando os anos de 2006 e 2017, constatamos que não houve mudança significativa em termos proporcionais na composição sexual dos estabelecimentos familiares; em contrapartida, para os não familiares, houve um aumento positivo de 21,8% de mulheres para 32%, em 2017, conforme mostrado na tabela 7.

Tabela 7 – Pessoal ocupado (unidade) por sexo segundo a tipologia de agricultura familiar na Microrregião da AU de São Luís, em 2006 e 2017.

Tipologia/ Sexo	2006					2017				
	Agric. Familiar - Sim		Agric. Familiar - Não		Total	Agric. Familiar - Sim		Agric. Familiar - Não		Total
	Abs.	Em %	Abs.	Em %	Abs.	Abs.	Em %	Abs.	Em %	Abs.
Homens	5.760	62,7	905	78,2	6.665	4.227	63,8	1.470	68,0	5.697
Mulheres	3.433	37,3	253	21,8	3.686	2.403	36,2	693	32,0	3.096
Total	9.193	100,00	1.158	100,0	10.351	6.630	100,0	2.163	100,0	8.793

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006; 2017)

A tabela a seguir apresenta as informações acerca do número de pessoas ocupadas – acima de 14 anos – de acordo com a tipologia (familiar x não familiar) e o grupo de atividade econômica. De um ponto de vista agregado, a análise dos dados censitários mostra que os estabelecimentos da agricultura familiar ocupam a maior parcela das pessoas na agricultura periurbana da AU de São Luís, respondendo por 75,40% do total de pessoas ocupadas em 2017. Contudo, quando analisamos a evolução entre os dois recenseamentos, verificamos que houve uma redução no número de pessoas ocupadas (-1.558 pessoas) entre 2006 e 2017, e que essa redução ocorreu nos estabelecimentos da agricultura familiar (-2.563), uma vez que nos estabelecimentos não familiares houve um incremento (+1.005) (Tabela 8).

Do ponto de vista dos grupos de atividade econômica, a maior redução observada foi na atividade de horticultura (-2.032 pessoas), que, como vimos anteriormente, é uma atividade basicamente da agricultura familiar. Quando cruzamos essa informação com os dados das despesas dos estabelecimentos da agricultura familiar (Gráfico 2), que mostraram um gasto elevado com eletricidade e combustíveis, podemos avançar a hipótese de que essa perda de braços está sendo compensada com o investimento em irrigação e técnicas que poupam trabalho.

Tabela 8 – Pessoal ocupado (unidade) por grupo de atividade econômica segundo tipologia de agricultura familiar na Microrregião da AU de São Luís, em 2006.

Grupo de Atividade Econômica	Agric. Familiar - Sim		Agric. Familiar - Não		Total	
	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Produção de lavouras temporárias	1.487	1.000	160	504	1.647	1.504
Horticultura e floricultura	4.564	2.497	229	264	4.793	2.761
Produção de lavouras permanentes	617	758	177	277	794	1.035
Produção de sementes e mudas certificadas	-	-	12	-	12	-
Pecuária e criação de outros animais	1.911	1.659	463	845	2.374	2.504
Produção florestal - florestas plantadas	25	-	1	X	26	X
Produção florestal - florestas nativas	443	X	52	X	495	X
Pesca	17	56	-	23	17	79
Aquicultura	129	X	64	X	193	X
Total	9.193	6.630	1.158	2.163	10.351	8.793

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006; 2017)

Nota: De acordo com o IBGE, “os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão identificados” sendo destacados com a letra X.

Nas tabelas seguintes, analisamos a origem das receitas dos estabelecimentos agropecuários, considerando a tipologia (familiar/não familiar) e a fonte dessas receitas, se foram: a) obtidas a partir da produção do estabelecimento; b) oriundas de outras receitas do estabelecimento ou, c) se são derivadas de outras receitas do produtor.

Na tabela 9 apresentamos a evolução das receitas segundo as grandes fontes de receita (do estabelecimento e produtor). De acordo com esses dados, podemos verificar que a fonte de recursos mais importante para a agricultura familiar está nas ‘receitas do próprio estabelecimento’ (90,8% em 2006 e 84,6% em 2017), ao passo que, para os estabelecimentos não familiares, essa participação, apesar de proporcionalmente menor (82,7% em 2006 e 65,51% em 2017), é também a mais relevante.

Dois outras informações importantes podem ser retiradas da análise desses dados. A pequena relevância das ‘outras receitas do estabelecimento’ para os dois tipos de estabelecimentos, e o papel crescente que as ‘outras receitas do produtor’, baseadas principalmente em salários obtidos fora do estabelecimento e recursos oriundos de aposentadorias e pensões, vem assumindo, ainda que de forma mais acentuada para o caso dos estabelecimentos da agricultura não familiar.

Tabela 9 – Evolução das receitas dos estabelecimentos agropecuários (em mil reais), segundo a origem das receitas e a tipologia - MRH da AU de São Luís.

Origem das receitas	Agric. Familiar - Sim				Agric. Familiar - Não			
	2006		2017		2006		2017	
	Valor	Em %	Valor	Em %	Valor	Em %	Valor	Em %
Receitas da produção do Estabelecimento	25.040,00	90,8	30.763,00	84,6	9.461,00	82,87	10.160,00	65,51
Outras receitas do Estabelecimento	31,00	0,1	93,00	0,3	28,00	0,25	-	-
Outras receitas do Produtor	2.492,00	9,0	5.523,00	15,2	1.927,00	16,88	5.348,00	34,49
Total	27.563,00	100,00	36.379,00	100,00	11.416,00	100,00	15.508,00	100,00

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006; 2017).

Na tabela 10, analisamos as receitas, mas considerando somente aquelas que são oriundas da produção do estabelecimento. Como discutido na seção anterior, esses dados confirmam que os estabelecimentos da agricultura familiar têm na venda de produtos de origem vegetal a principal fonte de suas receitas; da mesma forma que os estabelecimentos não familiares possuem na venda de produtos de origem animal sua principal força. Chama atenção também, o peso importante das outras receitas (venda de esterco e húmus, artesanato, turismo rural, extração mineral, etc.) observadas no censo de 2006, mas que aparecem sem informação no censo de 2017.

Tabela 10 – Evolução das receitas dos estabelecimentos agropecuários (em mil reais), segundo a Origem das Receitas da Produção do Estabelecimento e a tipologia - MRH da AU de São Luís.

Origem das receitas	Agric. Familiar - Sim				Agric. Familiar - Não			
	2006		2017		2006		2017	
	Valor	Em %	Valor	Em %	Valor	Em %	Valor	Em %
Produtos vegetais	19.289,00	70,0	24.716,00	67,9	2.775,00	24,31	5.280,00	34,05
Animais e seus produtos	3.137,00	11,4	4.521,00	12,4	4.473,00	39,18	9.483,00	61,15
Produtos da agroindústria	536,00	1,9	91,00	0,3	71,00	0,62	121,00	0,78
Outras receitas	2.078,00	7,5	-	0,0	2.142,00	18,76	-	-
Total	27.563,00	-	36.379,00	-	11.416,00	-	15.508,00	-

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006; 2017).

Na tabela seguinte, verificamos a fonte das receitas, agora considerando somente as receitas relacionadas com o produtor (Tabela 11). De acordo com esses dados, podemos observar que os recursos oriundos de aposentadorias e pensões são mais importantes para os estabelecimentos da agricultura familiar e que, de maneira inversa, ‘salários recebidos com atividade fora do estabelecimento’ assumem um papel mais relevante para os estabelecimentos não familiares.

Tabela 11 – Evolução das receitas dos estabelecimentos agropecuários (em mil reais), segundo a Origem das Receitas do Produtor e a tipologia - MRH da AU de São Luís.

Origem das Receitas	Agric. Familiar - Sim				Agric. Familiar - Não			
	2006		2017		2006		2017	
	Valor	Em %	Valor	Em %	Valor	Em %	Valor	Em %
Recursos de aposentadorias ou pensões	1.447,00	58,06	2.062,00	37,33	375,00	19,46	333,00	6,23
Salários recebidos com atividade fora do estabelecimento	775,00	31,09	506,00	9,16	1.535,00	79,65	2.494,00	46,63
Programas governamentais	227,00	9,10	X	---	12,00	0,62	X	---
Outros	43,00	1,72	X	---	5,00	0,25	X	---
Total	2.492,00	100,00	5.523,00	---	1.927,00	100,00	5.348,00	---

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2006; 2017)

Nota: De acordo com o IBGE, “os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão identificados” sendo destacados com a letra X

O peso crescente da pensões/aposentadorias possui relação com aumento da idade das pessoas ocupadas nas atividades da agricultura familiar, de forma semelhante ao observado por Del Grossi (2016) para o Brasil, e por Carneiro (2017) para o Maranhão. No caso da AU de São Luís, a informação sobre a faixa de idade da pessoa ocupada na direção dos estabelecimentos (Tabela 12) mostra que há uma maior concentração de pessoas nas faixas de idade mais elevadas na agricultura familiar. Dessa forma, considerando as faixas de idade a partir dos 55 anos – que possibilita a aposentadoria rural –, o percentual acumulado para a agricultura familiar é de 37,04%, enquanto na agricultura não familiar ele é de 28,37%.

Tabela 12: Direção dos estabelecimentos segundo a faixa de idade e a tipologia – MRH da AU de São Luís (2017).

Faixa de idade	Agric. Familiar - Sim		Agric. Familiar - Não	
	Nº	Em %	Nº	Em %
Menor de 25 anos	56	2,2	11	2,76
De 25 a menos de 35 anos	348	13,69	66	16,58
De 35 a menos de 45 anos	541	21,28	103	25,87
De 45 a menos de 55 anos	655	25,76	105	26,38
De 55 a menos de 65 anos	515	20,25	75	18,84
De 65 a menos de 75 anos	306	12,03	31	7,78
De 75 anos e mais	121	4,76	7	1,75
Total	2.542	100,00	398	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019)

Vale destacar ainda que, em virtude da ausência de informações acerca das receitas oriundas de programas governamentais e das outras fontes nos dados disponibilizados pelo IBGE, não foi possível estabelecer a distribuição percentual desses recursos para os dois grupos de agricultores na tabela 11. Entretanto, em termos absolutos, considerando somente a relação entre aposentadorias/pensões e salários obtidos fora do estabelecimento, podemos indicar que a participação das pensões/aposentadorias cresce nos estabelecimentos da agricultura familiar, o mesmo ocorre com as receitas de salários externos nos estabelecimentos não familiares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura periurbana apresenta um forte potencial para desenvolvimento nas áreas próximas aos grandes centros urbanos, uma vez que ela possibilita tanto o abastecimento dos mercados locais, quanto a oportunidade de promover segurança alimentar, saúde, incremento de renda e proteção dos recursos naturais (Lovo, 2016). Contudo essa proximidade também cobra seu preço, uma vez que o processo de expansão urbana concorre de forma decisiva na disponibilidade de terras para as atividades agropecuárias e, em algumas situações, provoca o esgotamento ou a poluição dos recursos hídricos, que são tão necessários para as atividades agrícolas.

No caso da agricultura periurbana da AU de São Luís, cuja análise dos dados do Censo Agropecuário apontou para uma forte redução da área dos estabelecimentos – de cerca de 11 mil para 5 mil hectares –, acreditamos que a mesma pode ser relacionada com a expansão imobiliária ocorrida no período recente (Burnett, 2012), com a construção de unidades habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida, na modalidade do Fundo de Arrendamento Residencial. Contudo, quando analisamos essa redução da área dos estabelecimentos considerando o tipo de estabelecimento agropecuário, um aspecto importante se sobressai, pois a redução de área ocorreu basicamente entre os estabelecimentos da agricultura não-familiar.

Esse dado é importante de ser ressaltado, pois ele pode indicar uma maior resiliência dos estabelecimentos da agricultura familiar em áreas periurbanas, apontando para o fato da terra representar, para esse grupo social, algo mais que um ativo econômico, um modo de vida que é

valorizado simbolicamente, e/ou que a atividade econômica praticada por esses(as) agricultores(as) vêm possibilitando sua reprodução de forma aceitável, como indicou o estudo de Braga (2019), com uma comunidade de agricultores periurbanos em São Luís.

Outro aspecto interessante para ser analisado diz respeito ao padrão produtivo que a agricultura periurbana da AU de São Luís vem assumindo, com a agricultura familiar se concentrando em atividades de produção vegetal (horticultura) e a agricultura não familiar em produtos de origem animal (suinocultura e avicultura). Essa concentração da agricultura familiar na produção hortícola tem sido possível pela inserção da mesma em diferentes canais de comercialização, caso dos mercados institucionais e dos circuitos curtos de comercialização (feiras tradicionais e alternativas) (Braga, 2019; Reis, 2017; Gomes et al, 2018).

A proximidade com grandes centros urbanos possibilita também uma maior pluriatividade e diversificação para os estabelecimentos da agricultura periurbana. No caso analisado, foi possível verificar que as receitas mais importantes provêm da produção (animal e vegetal) com uma pequena participação de outras receitas do estabelecimento, mas que são complementadas por outras receitas do produtor (aposentadoria/pensões e salário com atividade externa ao estabelecimento). Nessa questão também foi possível verificar um comportamento diferenciado entre agricultura familiar e a não familiar. No primeiro caso, as receitas são oriundas majoritariamente das aposentadorias e pensões, ao passo que na agricultura não familiar são os salários recebidos em atividades fora do estabelecimento.

Outro ponto a ser ressaltado diz respeito à evolução do pessoal ocupado na agricultura periurbana da AU de São Luís. De acordo com os dados do censo de 2017, a agricultura familiar responde pela maior parcela do pessoal ocupado (cerca de 75% do total), mas a agricultura não familiar tem aumentado sua participação, tendo passado de 11,20%, em 2006, para cerca de 25,00%, em 2017.

Acreditamos que o conjunto dos dados aqui analisados possibilita uma melhor compreensão do perfil da agricultura periurbana da AU de São Luís, com relevo para o papel central desempenhado pela agricultura familiar, que se destaca na geração de postos de trabalho e na geração da maior parcela do valor de produção gerado na atividade agropecuária. Essas informações apontam, também, quando verificamos as despesas desses estabelecimentos, para a importância de gastos com energia elétrica, adubos/corretivo, sal/ração animal, combustíveis/lubrificantes e salários pagos, o que demonstra um processo de tecnificação da agricultura familiar e uma necessidade de atenção quanto ao equilíbrio entre o uso de recursos externos, que, como mostrou Ploeg (2016), caracterizam fortemente esse tipo de agricultura.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v.15, n.1, p.137-157, jan./abr. 1998. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8932/5051>. Acesso em: 3 nov. 2018.
- ARAÚJO, J. A.; VALE, A. B. F. *Contabilidade de custos aplicada no desenvolvimento da agricultura familiar da comunidade Cinturão Verde na zona rural de São Luís – MA*. Trabalho de Conclusão de Curso. (Ciências Contábeis) – Universidade CEUMA, São Luís, 2018.
- BRAGA, C. L. *Circuitos de comercialização, mercados e estratégias de reprodução dos agricultores periurbanos da comunidade rural Cinturão Verde em São Luís (MA)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/CCH, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.
- BURNETT, F. L. Metropolização e gestão urbana na ilha do Maranhão: efeitos socioambientais da produção imobiliária de baixa renda. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, N. especial, p. 353-362, 2012.
- CARNEIRO, M. J. *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.
- CARNEIRO, M. S. Principais características e transformações recentes no mercado de trabalho agrícola no estado do Maranhão: uma análise dos censos demográficos de 2000 e 2010. In: *Anais do XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho*. Rio de Janeiro: ABET, p. 1-16, 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BzewPTIXjDnnQ0dMYnlibWQwakE/view> Acesso em: 15 jan. 2020.
- DEL GROSSI, M. *Agricultura familiar, ocupação e mercado de trabalho: 2004 – 2014*. Rio de Janeiro: OPPA/CPDA/UFRRJ, 2016. (Projeto de Cooperação Técnica UTF/BRA/083/BRA)
- \_\_\_\_\_. *Agricultura familiar: um caso de sucesso das políticas públicas*. Brasília. Postado em 18/11/2019. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniaio/2019/11/18/internas\\_opiniaio,807192/artigoagricultura-familiar-um-caso-de-sucesso-das-politicas-publica.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniaio/2019/11/18/internas_opiniaio,807192/artigoagricultura-familiar-um-caso-de-sucesso-das-politicas-publica.shtml). Acesso em: 20 dez. 2019.
- FLEURY, A., DONADIEU, P. De l’agriculture périurbaine à l’agriculture urbaine. *Courrier de l’environnement de l’INRA*, n° 31, p 45-61, 1997. Disponível em: <https://www7.inra.fr/lecourrier/assets/C31Donadieu.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2018.
- FLEURY, A.; BA, A. Multifuncionalidade e Sustentabilidade da Agricultura Urbana. *Revista de Agricultura Urbana*. [s.l.], v.1, n. 15, p. 4-6, jun., 2007.
- GOMES, J. F. B. *A multifuncionalidade da Agricultura Urbana e a sua integração no ecossistema urbano da ilha de São Luís*. Dissertação (Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) — Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016
- GOMES, J. F. B.; SOUZA, A. O.; GOMES, R. S. B. Caracterização socioespacial da produção e comercialização de hortícolas na Ilha de São Luís, Maranhão. *Scientia Plena*, Sergipe, Vol. 14, N° 4, p. 1-12, 2018.
- GÓMEZ, S. Nueva ruralidad? Un aporte al debate. *Estudios Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n° 17, p. 5-32, outubro de 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro: 2006 e 2017.
- \_\_\_\_\_. *População*. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma>. Acesso em: 05 mai. 2018.

- \_\_\_\_\_. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 mai. 2018.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). *Relatório de análise de mercado de terras do estado do Maranhão*. São Luís, 2018. Disponível em: [http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/relatorios-analise-mercados-terras/sr-12-maranhao/ramt\\_sr12\\_2018.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/relatorios-analise-mercados-terras/sr-12-maranhao/ramt_sr12_2018.pdf). Acesso em: 14 jan. 2020.
- KAYSER, B. *A cultura, uma alavanca para o desenvolvimento local*. 1994. Disponível em: <http://www.rural-europe.aeidl.be>. Acesso em: 01 jan. 2020.
- LOVO, I. C. Agricultura urbana: o potencial da produção de alimentos nas cidades e os desafios para sua consolidação. In: CRUZ, F. T.; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. *Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 153 - 179.
- MARANHÃO. Programa Nacional de Crédito Fundiário. *Plano Operativo Anual – POA/2017*. Disponível em: <http://www.saf.ma.gov.br/files/2017/05/PLANO-OPERATIVO-ANUAL-POA-2017.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- MOUGEOT, L. J. A. Agricultura urbana: conceito e definição. *Revista de Agricultura Urbana*, n. 1, p. 1-8, 2000. Disponível em: <http://www.ruaf.org/sites/default/files/AU1conceito.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018.
- MOUSTIER P.; FALL, A. S. Les dynamiques de l’agriculture urbaine : caractérisation et évaluation. In: SMITH, B; MOUSTIER, P; MOUGEOT, L. J.A; FALL, A. (Editeurs). *Développement durable de l’agriculture urbaine en Afrique francophone: enjeux, concepts et méthodes* Olanrewaju. Centre de coopération internationale en recherche agronomique pour le développement (CIRAD), 2004.
- NIEDERLE, P. A.; FIALHO, M. A. V.; CONTERATO, M. A. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil – aprendizagens, esquecimentos e novidades. *Rev. Econ. Sociol. Rural*. Brasília, v. 52, suppl. 1, p. 9-24, 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032014000600001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600001). Acesso em: 14 jan. 2020
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). *Issues in urban agriculture: studies suggest that up to two-thirds of city and peri-urban households are involve in farming*, 1999. Disponível em: <http://www.fao.org/ag/magazine/9901ap2.htm>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- PEREIRA, P. V. M. *Caracterização agrícola e socioeconômica da comunidade rural “Cinturão Verde – Vila Sarney Filho I”*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agronomia) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2015.
- PERONDI M. A.; SCHNEIDER S. Bases teóricas da abordagem de diversificação dos meios de vida. *REDES - Rev. Des. Regional*, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 117 - 135, maio/ago 2012.
- PLOEG, J. D. V. *Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto chayanoviano*. São Paulo/Porto Alegre: EDUNESP/EDUFRGS, 2016.
- REIS, A. J. C. C. dos. *Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Políticas Públicas: análise da execução do Programa de Aquisição de Alimentos na comunidade Itapari/Panaquatira no município de São José de Ribamar (MA) no período de 2011 a 2015*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.
- SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMONT, Hubert de (Org.) *La Pluriactividad en el campo latinoamericano*. Ecuador, Quito: Ed. Foro de FLACSO, 2009.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. (Orgs.). *Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais*. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2008, p. 989-1.014.

SILVA, J. G. et al. O que há de realmente novo no rural brasileiro. Brasília: *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v. 19, nº1, p.37-67, Jan/abr. 2002.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n.11, p.87-146, out. 2000.